

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE LIMPEZA DE FOSSA E TRATAMENTO DE EFLUENTES, COM SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM LOCAL AMBIENTAL ADEQUADO AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES DO CONAMA E INEA, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO e da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, por período de 12 (doze) meses, conforme quantitativo em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada em serviço de limpeza de fossa e tratamento de efluentes, com sucção, transporte e destinação final em local ambiental adequado as normas ambientais vigentes do CONAMA e INEA, de acordo com a necessidade das unidades escolares.	M <sup>3</sup>	50
2	Contratação de empresa especializada em serviço de limpeza de fossa e tratamento de efluentes, com sucção, transporte e destinação final em local ambiental adequado as normas ambientais vigentes do CONAMA e INEA, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.	M <sup>3</sup>	60

1.2. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame.

1.3. A validade dessa contratação será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de divulgação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Sumidouro, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA o qual é parte integrante deste processo, uma vez que tornou-se dispensável a elaboração de ETP para a presente aquisição tendo em vista a mesma se enquadrar na modalidade de dispensa de licitação.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. Trata-se de contratação de empresa especializada em serviço de limpeza de fossa e tratamento de efluentes, com sucção transporte e destinação final em local ambiental adequado as normas ambientais vigentes do CONAMA e INEA, de acordo com a necessidade das secretarias requisitantes, conforme Tópico específico do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA o qual é parte integrante deste processo.

4.2. A presente aquisição enquadra-se como **solução simples**, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.



4.3. A empresa especializada realizará a limpeza de diversas fossas de unidades escolares e setores de responsabilidade das secretarias requisitantes, conforme endereços a serem informados posteriormente dentro do quantitativo de 50 m³ e 60m³ para Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e da Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Públicos, respectivamente.

4.4. A empresa deverá mensurar, separadamente, o quantitativo estimado, por local, de cada serviço, conforme solicitado pela Secretaria requisitante.

4.5. Após realizar todas as limpezas, informar o quantitativo total realizado nas unidades escolares e outros departamentos, para emissão da nota fiscal para pagamento.

4.6. A vencedora deve realizar junto a Secretaria requisitante uma estratégia para realizar os serviços solicitados.

4.7. Deverá acompanhar neste serviço um servidor para conferência dos trabalhos realizados conforme solicitação realizada pela secretaria seguindo os procedimentos de execução demandados e as características descritas, utilizadas quando necessárias, nos itens subsequentes para este serviço.

4.8. A contratada deverá seguir todos os procedimentos de normas de segurança dentro do local onde será realizado o referido serviço.

4.9. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;

4.10. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo da fossa séptica, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades da fossa séptica, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior da mesma.

4.11. A destinação final dos dejetos retirados das fossas é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços. A descarga dos dejetos para processamento deverá ser feita em estações de tratamento de esgoto (ETE s), exclusivas para resíduos líquidos provenientes de esgoto sanitário, com licença de operação vigente.

4.12. O serviço é definido de acordo com as seguintes características:

- a) Limpeza e desobstrução de fossa séptica utilizando a metodologia de sucção a vácuo e hidrojateamento de rede com o uso de caminhão apropriado;
- b) Abertura de todas as fossas sépticas preparando os locais para a retirada do material existente (raspagem do fundo e das paredes laterais);
- c) Higienização das fossas sépticas com hidrojateamento de acordo com as características de cada procedimento;
- d) Tratamento com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada;
- e) Aplicação dos produtos bactericidas em toda a superfície das fossas sépticas;
- f) O controle de dejetos objetivando a proteção e limpeza das fossas sépticas;
- g) Retirar a água da lavagem e a sujeira com equipamentos adequados, deixando a fossa séptica devidamente livre de impurezas;
- h) Não esgotar a sujeira pelo cano de saída de água;
- i) Transporte e destinação em local ambientalmente adequado.

4.13. A Empresa deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços;

4.14. Os produtos utilizados deverão ter no mínimo as seguintes características:

- a) Não causarem manchas;



- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos à saúde humana;
- e) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e atendidas às exigências do citado Órgão;
- f) Não danificarem ou causarem a morte das plantas, gramados e peixes.

4.15. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas no item anterior, deverão ser de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente.

4.16. O serviço será executado mediante a utilização de maquinários adequados, devendo ser empregado o uso de caminhão de hidrojateamento e sucção a vácuo, constando em local visível o nome da empresa, telefone, número da licença do INEA e o número do veículo coletor.

4.17. A empresa deverá fornecer pessoal com especialização e formação técnica própria para a execução dos serviços objeto da contratação. Os profissionais deverão ainda dispor de equipamentos adequados para garantir a segurança física de todos os envolvidos na prestação do serviço.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

### **A contratada deverá:**

5.2. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado.

5.3. Atender às solicitações nos prazos estipulados.

5.4. Aceitar o controle/análise de qualidade do serviço, realizada pelas Unidades Requisitantes.

5.5. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

5.6. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem o consentimento prévio da Administração.

5.7. Fornecer os materiais e/ou equipamentos descritos com rapidez e eficiência.

5.8. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

## **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

### **Forma de fornecimento**

6.1. O objeto do presente termo de referência deverá ter o início de sua execução em até 10 (dez) dias após a expedição da ordem de serviço, objetivando o atendimento das Unidades Escolares e conjuntos habitacionais localizados em Murineli e Lagoa;



6.1.1. Unidades Escolares para limpeza:

UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE
E.M. CAROLINA NUNES DE ALMEIDA	SOLEDADE I
E.E.M. DONA MARIANA	DONA MARIANA 3º DISTRITO
E. E.M. BENFICA	BENFICA
E. E. M. FAZENDA SANTO ANDRÉ	SANTO ANDRÉ
E.E.M. ANTÔNIO JOAQUIM FERNANDES	R. JOSÉ M. DE ANDRADE, S/Nº, DUAS IRMÃS
E. M. SERRA VERDE	SOLEDADE I, 4º DISTRITO
E.M. JORGINO ANTÔNIO FERREIRA	BALANÇA
E.E.M. CAMPINAS II	CAMPINAS, 2º DISTRITO
E. E. M. MARIA CARVALHIDO PIRES	MURINELE - RJ 148
CRECHE E. E. M. VEREADOR JOÃO PIMENTEL	ARROZAL
E. E. M. SOLEDADE II	SOLEDADE II
CRECHE MUNICIPAL DONA MARIANA	DONA MARIANA 3º DISTRITO

6.1.2. A prestação dos serviços solicitados pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos será feita nas localidades de Murineli e Lagoa.

6.2. Os serviços de limpeza, de transporte, bem como a destinação dos materiais oriundos das fossas devem ser realizados à custa da contratada além de serem observadas todas as legislações e normas vigentes, dentre as quais citamos:

- Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS
- Resolução INEA nº 113, de 17 de abril de 2015. (NOP-INEA-26)
- RESOLUÇÃO CONEMA Nº 79 DE 07 DE MARÇO DE 2018. (NOP-INEA-35)
- ABNT (NBR 7.229, NBR 13.969, NBR 8.160, NBR 13.221)

6.3. As atividades de coleta e transporte de resíduos não-perigosos somente podem ser exercidas com a participação efetiva de responsáveis técnicos;

6.4. A remoção periódica de lodo e espuma deve ser feita por profissionais especializados que disponham de equipamentos adequados, para garantir o não-contato direto entre pessoas e lodo. É obrigatório o uso de botas e luvas de borracha. Em caso de remoção manual, é obrigatório o uso de máscara adequada de proteção;

6.5. Os tanques e fossas sépticas são utilizados para o tratamento de esgotos não domésticos, sendo obrigatória a remoção por equipamento mecânico de sucção e caminhão-tanque;

6.6. Anteriormente a qualquer operação que venha a ser realizada no interior dos tanques, as tampas devem ser mantidas abertas por tempo suficiente à remoção de gases tóxicos ou explosivos (mínimo: 5 min);

6.7. O lodo e a espuma removidos das fossas sépticas em nenhuma hipótese podem ser lançados em corpos de água ou galerias de águas pluviais;

6.8. O serviço será executado mediante a utilização de maquinários adequados, devendo ser empregado o uso de veículos de hidrojetamento e sucção a vácuo, que serão operados por técnicos capacitados para realizar o trabalho de desobstrução e limpeza das fossas sépticas;

6.9. Os resíduos coletados dos sistemas de esgotos sanitários deverão ser destinados às Estações de Tratamento de Esgotos devidamente licenciadas pelo INEA, mantendo os comprovantes, recibos e demais relatórios pertinentes ao Sistema de Manifesto de Resíduos disponíveis à fiscalização;

6.10. Os serviços serão executados de acordo com o modelo de trabalho próprio e mediante análise presencial da CONTRATADA;



6.11. A execução do serviço deverá ocorrer mediante interação total com a equipe técnica da CONTRATANTE designada para o acompanhamento dos trabalhos, incluindo a realização de reuniões para a avaliação do serviço;

6.12. A fiscalização da contratação será exercida pelos representantes da Administração indicados neste termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.13. O não cumprimento dos termos deste presente edital acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

6.14. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:

7.2.1. Fiscal técnico/contrato Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Lucilvanio Lima Gonçalves, Matrícula: 95.06.1138, Professor II.

Fiscal técnico/contrato Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos: *Wanderson Garcia Mendes*, MAT: 01.06.2132, *Diretor do Manutenção de Veículos e Máquinas Pesadas*.

7.2.2. Gestor do Contrato: Leandro Dos Santos Cunha, Matrícula: 25.06.5313, Diretor do Departamento de Recursos Humanos.

7.2.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.2.5. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.



7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Os serviços serão realizados de forma sumária, posteriormente após o calculo total do serviço de limpeza efetivado nas unidades escolares e conjuntos habitacionais demandados, realizado o descarte de acordo com as notas e cumprido todo procedimento burocrático, encaminhará a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser informado pelo servidor que acompanha notificar a contratada, que deverá retornar e realizar o serviço às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens/serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **8.2. Liquidação**

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.3.1. o prazo de validade;
- 8.2.3.2. a data da emissão;
- 8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.3.5. o valor a pagar; e
- 8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO na forma Eletrônica, nos termos da Lei 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Item.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

9.11. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

9.13. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

#### **Qualificação Técnica**

9.15. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

### **10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

10.1. Não se aplica.

### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado unitário e total da contratação será o constante da planilha orçamentária anexa a este documento.

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);



- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo:**

**Ensino Fundamental:** 1701 12 361 0023 2.051 – 33903900000 – 155000000000

**Educação Infantil:** 1701 12 365 0020 2.049 - 33903900000 – 155000000000

**Creche:** 1701 12 365 0021 2.050 - 33903900000 – 155000000000

**Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos:** 1601.1545200162.040-33903900000–170400000000

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sumidouro, 02 de abril de 2025.

<b>Fiscal de Contrato Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos</b> <i>Wanderson Garcia Mendes</i> <i>Diretor do Manutenção de Veículos e Máquinas Pesadas</i> <i>MAT: 01.06.2132</i>	<b>Fiscal do Contrato Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo</b> <i>Lucilvanio de Lima Gonçalves</i> <i>Professor II</i> <i>MAT: 95.06.1138</i>
<b>Gestor do Contrato</b> <i>Leandro do Santos Cunha</i> <i>Diretor do Departamento de Recursos Humanos</i> <i>MAT: 25.06.5313</i>	

<b>Autoridade Competente</b>
Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo <b>O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.</b>  <b>Lucas Ramos Ribeiro</b> Secretário Municipal de Administração Matrícula: 25.03.5303